

## EDITAL

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 e na alínea b) do n.º 3 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, fica a BESTGNOSIS LIFE - ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO E QUALIFICAÇÃO, com sede no Edifício One World, Urbanização Belo Horizonte, Lote 20, sala 540, 2655-241 Ericeira, Entidade Titular da ESCOLA PROFISSIONAL DA ERICEIRA, representada junto do Ministério da Educação por Maria Adelaide Monteiro da Fonseca, notificada do Despacho de 28 de janeiro de 2019, do Senhor Secretário de Estado da Educação, que abaixo se transcreve:

### "DESPACHO

1. A ESCOLA PROFISSIONAL DA ERICEIRA, da titularidade da BESTGNOSIS, LDA - ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO E QUALIFICAÇÃO, com sede no Edifício One World, Urbanização Belo Horizonte, Lote 20, sala 540, 2655-241 Ericeira, foi objeto do procedimento administrativo n.º 10.07/138/EMS/18, no qual se concluiu que:

a) Em 28 de novembro de 2017, o diretor pedagógico pediu a rescisão do contrato e deixou de exercer funções docentes na EPE;

b) Desde a data referida no ponto anterior e até ao presente, a EPE esteve a funcionar sem direção pedagógica, desrespeitando o previsto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, que dispõe que "A estrutura orgânica das escolas profissionais privadas integra obrigatoriamente um órgão de direção pedagógica e um órgão consultivo";

c) Desta forma, as competências inerentes ao órgão de direção pedagógica, previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, não estão asseguradas, nomeadamente, o acompanhamento das atividades curriculares e uma regulação efetiva do cumprimento dos planos e programas de estudo; a realização de reuniões de avaliação do 2.º período; e a articulação entre a EPE e as entidades de acolhimento da Formação em Contexto de Trabalho, no sentido de se assegurar o acompanhamento dos formandos, sustentado numa estreita relação entre os responsáveis da EPE e os monitores das entidades enquadradoras da formação prática. Estes procedimentos são reveladores da inexistência de um ensino de qualidade, não asseguram o integral cumprimento dos direitos dos alunos e comprovam que o funcionamento da EPE decorre em condições de manifesta degradação pedagógica;

d) Com tal conduta, a entidade titular da EPE desrespeitou o disposto na alínea g), do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, de "criar e assegurar as condições necessárias ao normal funcionamento da escola". Neste contexto, deixou de reunir um dos requisitos indispensáveis para a concessão de autorização de funcionamento, como disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 14.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º, ambos do mesmo Decreto-Lei;

e) Durante a deslocação da DGEste às instalações da EPE, em 24.8.2018 da qual foi elaborada a Informação/Proposta n.º 56545/2018/DSRLVT-EMAP-UACAOE, constante do processo referido no ponto 1., verificou-se que se encontravam encerradas, pelo menos desde aquela data, privando pelo menos 11 (onze) alunos aí referidos, de completar os seus cursos, o que só a intervenção do Senhor Secretário de Estado da Educação, por seu despacho de 14.9.2018, exarado nessa mesma informação/proposta, evitou, ao validar o

seu percurso formativo e autorizando a certificação da conclusão do 3.º Ciclo do Ensino Básico;

f) Com tal conduta, a entidade titular da EPE desrespeitou o disposto na alínea g), do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, de “criar e assegurar as condições necessárias ao normal funcionamento da escola”. Neste contexto, deixou de reunir um dos requisitos indispensáveis para a concessão de autorização de funcionamento, como disposto nas alíneas d) e e), do n.º 1 do artigo 14.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º, ambos do mesmo Decreto-Lei.

2. Foi mandada pronunciar-se a entidade titular do referido estabelecimento, nos termos do disposto nos arts.º 121.º e 122.º do CPA, a qual nada disse.

3. Assim, determino:

a) A revogação da autorização de funcionamento da Escola Profissional da Ericeira, nos termos do disposto no art.º 63.º, 1 e 2 do DL n.º 92/2014, de 20.6, na sua redação atual;


b) Os efeitos da decisão referida na alínea anterior começarão a produzir-se 30 (trinta) dias após a publicação a efetuar nos termos da alínea d) do n.º 1 e na alínea b) do n.º 3 do art.º 112.º, e ainda do n.º 8 do art.º 113.º, todos do CPA;

c) Determino, igualmente, à entidade titular do estabelecimento, a entrega da autorização de funcionamento e de toda a documentação do referido estabelecimento, no prazo estipulado na alínea anterior, no estabelecimento de ensino público indicado pela DGEstE.

O Secretário de Estado da Educação  
João Costa  
28/01/19”

Lisboa, 22 de fevereiro de 2019.

O Delegado Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

  
Francisco Neves